

Brasília-DF, 11 de novembro de 2025

Centrais Sindicais debatem transição justa e o papel dos sindicatos na COP 30, Em Belém (PA)



As Centrais Sindicais brasileiras — CSB, UGT, CUT, Força Sindical, CTB e Nova Central — promovem, no dia 12 de novembro, o painel “O Mundo do Trabalho e a Transição Justa: o papel dos sindicatos e da negociação coletiva”, durante a programação oficial da COP 30 Brasil – Amazônia, que acontecerá em Belém (PA). O encontro será realizado das 14h30 às 16h, no Special Events Room 1, São Francisco.

O evento contará com a participação de Clemente Ganz Lúcio, enviado especial da COP 30 para os sindicatos, e tem como objetivo central discutir os desafios e oportunidades que a transição ecológica e tecnológica traz para o mundo do trabalho, com foco na proteção dos direitos, na geração de empregos sustentáveis e na negociação coletiva como instrumento de justiça social.

Transição justa e protagonismo sindical

A discussão parte do princípio de que a mudança para uma economia verde e de baixo carbono não pode ocorrer à custa de direitos trabalhistas, mas deve incluir políticas públicas que assegurem emprego decente, qualificação profissional e inclusão produtiva.

As centrais sindicais pretendem apresentar propostas concretas de participação dos trabalhadores nesse processo, destacando o papel do diálogo social como base para uma transição justa e equilibrada.

Compromisso com o futuro do trabalho

Com a COP 30 prevista para ocorrer em 2025, em Belém, o painel antecipa um dos debates mais importantes da agenda mundial: como alinhar o desenvolvimento sustentável à valorização do trabalho humano. A iniciativa reforça o engajamento das centrais sindicais brasileiras na construção de um modelo econômico mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável — em que o trabalho digno seja parte essencial da solução climática global.

Fonte: NCST

IR zero beneficiará negociações, prevê Dieese



O presidente Lula enviou em março, e o Congresso aprovou quarta (5), o Projeto de Lei que isenta salários até R\$ 5 mil e dá descontos a quem recebe até R\$ 7.350,00. A medida, que entrará em vigor em 2026, deve dinamizar a economia e beneficiar as negociações coletivas. A avaliação é de Victor Pagani, diretor de Relações Sindicais do Dieese.

Para Pagani, a isenção vai ajudar a manter o mercado de trabalho aquecido e a taxa de desemprego nos menores níveis históricos. Ele explica: “Essa medida amplia o poder de compra das famílias, coloca mais dinheiro na economia e produz um ciclo virtuoso. Por isso, é possível esperar mais ganhos reais aos trabalhadores no ano que vem”.

Em abril de 2022, a Pauta da Classe Trabalhadora foi entregue ao então pré-candidato Lula, que se comprometeu a torná-la Lei. Prometeu e cumpriu. O

Brasília-DF, 11 de novembro de 2025

técnico do Dieese ressalta que a justiça tributária é uma bandeira histórica do sindicalismo, amparada pelo princípio da capacidade contributiva. Ou seja, quem tem mais deve pagar mais impostos, e quem tem menos deve pagar menos.

Jornada – De agosto a outubro deste ano, em parceria com as Centrais Sindicais, o Dieese realizou a Jornada Nacional de Debates, com o tema “Reforma do imposto de renda: um passo para a justiça tributária”. Ao mesmo tempo, Confederações, Federações e Sindicatos informaram e mobilizaram suas bases sobre o tema.

O técnico do Dieese entende que as manifestações de 21 de setembro, que tiveram apoio do sindicalismo e tiveram ampla adesão em várias cidades do País, aceleraram a aprovação do Projeto de Lei no Congresso. Pagani diz: “Os atos foram muito importantes para pressionar os parlamentares e mostrar que a sociedade estava do mesmo lado do sindicalismo nesse tema”.

2026 – Após a reforma do IR, Victor Pagani entende que a redução da jornada e o fim da escala 6x1 ganharão centralidade no sindicalismo. Ele diz: “Nos primeiros meses de 2026, vamos atualizar a Pauta da Classe Trabalhadora. Em março, haverá a Conferência Nacional do Trabalho. E na sequência, começam os preparativos para o 1º de maio. Sem dúvida, essas serão as pautas prioritárias”.

Mais – Site do Dieese.

Fonte: Agência Sindical

Ministro do Trabalho defende fim do 6x1 e ataca pejotização



Em entrevista concedida à coluna Painel, do jornal Folha de São Paulo, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), manifestou apoio ao fim da escala de trabalho 6x1 e classificou como fraude a prática da pejotização, que tem crescido no país. As declarações

foram reproduzidas em matéria divulgada pelo portal ICL Notícias.

De acordo com o ministro, a recente aprovação da isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil deve inspirar a luta pelo fim do modelo de escala 6x1, no qual o trabalhador tem apenas um dia de descanso por semana. Marinho defendeu a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo salarial, e afirmou que a mudança traria benefícios ao mercado de trabalho.

Segundo a publicação, Luiz Marinho enfatizou a importância da mobilização popular e da negociação coletiva para viabilizar a proposta, reconhecendo a falta de unanimidade no Congresso e no setor empresarial. Ele citou o caso da isenção fiscal como exemplo de conquista impulsionada pela pressão social.

Pejotização é considerada “crueldade”

O ministro também criticou duramente a pejotização, fenômeno em que empresas demitem funcionários e os recontratam como Pessoa Jurídica, burlando vínculos empregatícios e direitos trabalhistas. Na avaliação de Marinho, trata-se de uma fraude que prejudica trabalhadores em situação vulnerável.

Ele mencionou ainda a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que suspendeu processos judiciais sobre o tema até que o STF se pronuncie definitivamente. Marinho considerou a medida equivocada e alertou para os riscos da paralização dessas ações.

Plebiscito popular soma mais de 2 milhões de votos

A reportagem do ICL Notícias também destacou os resultados do Plebiscito Popular por um Brasil mais Justo e Soberano, que encerrou suas votações com mais de 2,1 milhões de participantes. A consulta popular questionou a população sobre o fim da escala 6x1 sem redução de salários e sobre a justiça tributária, incluindo a taxa progressiva para rendas superiores a R\$ 50 mil.

Enquanto a Câmara dos Deputados aprovou a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, o Senado Federal analisa projeto de autoria do senador Paulo Paim que propõe a redução da jornada de trabalho. A expectativa é que a proposta seja votada ainda em 2025.

As informações são do portal ICL Notícias, com base em entrevista publicada pela Folha de São Paulo

Fonte: Diap

Brasília-DF, 11 de novembro de 2025

Paim destaca início da COP 30 e papel do Brasil na agenda climática



Jefferson Rudy/Agência Senado

Em discurso no Plenário nesta segunda-feira (10), o senador Paulo Paim (PT-RS) falou sobre o início da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP 30, realizada em Belém. Segundo o parlamentar, o encontro, que segue até 21 de novembro, representa um chamado global à ação e reforça o compromisso brasileiro com a agenda ambiental.

O senador informou que a conferência reúne lideranças internacionais, pesquisadores, movimentos sociais e representantes de comunidades tradicionais para discutir medidas de mitigação das mudanças climáticas e iniciativas de justiça ambiental.

— A COP 30 não é apenas mais uma conferência, é uma convocação à reflexão da humanidade. O planeta pede socorro e precisamos escutar. As cidades e a infraestrutura são temas importantes, com foco especial em resiliência local, especialmente em regiões costeiras e comunidades vulneráveis. A COP 30 reforça ainda a importância do desenvolvimento humano, da justiça climática, da inclusão e da participação social. A ação climática precisa respeitar os direitos humanos, os povos indígenas, a juventude, as mulheres e as comunidades locais — afirmou.

Paim destacou o papel do Brasil na retomada do protagonismo internacional em temas ambientais e citou como exemplo a criação do fundo Florestas Tropicais para Sempre, lançado durante a conferência. O parlamentar explicou que o fundo busca recompensar países que preservam suas florestas e atrair investimentos públicos e privados para financiar ações de conservação.

— A COP 30 é mais que uma agenda ambiental, é uma agenda civilizatória. É um gesto concreto e simbólico que reconhece que as florestas valem muito

mais vivas do que derrubadas. Não se trata apenas de proteger árvores, mas de salvar o equilíbrio da vida, o ciclo das águas, a fertilidade dos solos e de garantir a sobrevivência das comunidades que vivem nas florestas. Que a COP 30 seja lembrada como o momento em que o planeta Terra decidiu mudar o jeito de caminhar.

Fonte: Agência Senado

Comissões debatem novas relações de trabalho e o papel do Judiciário

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Leonardo Monteiro, autor do requerimento

As Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Trabalho da Câmara dos Deputados promovem, nesta terça-feira (11), audiência pública sobre as novas relações de trabalho e o papel do Judiciário.

O debate será realizado às 10 horas, no auditório Freitas Nobre.

A audiência atende a pedido do deputado Leonardo Monteiro (PT-MG). Segundo o parlamentar, o objetivo é discutir os desafios enfrentados pela Justiça do Trabalho diante das transformações nas relações trabalhistas e do avanço da informalidade e das plataformas digitais.

Leonardo Monteiro acrescenta que o encontro deve servir também para formular estratégias em defesa da Justiça do Trabalho e propor medidas como a criação de um fórum permanente ou de uma frente parlamentar voltada ao tema.

“Setores organizados vêm promovendo ataques à Justiça do Trabalho, questionando sua existência e reduzindo recursos destinados ao seu funcionamento. Tal ofensiva, ao invés de modernizar a estrutura judiciária, ameaça a garantia de direitos sociais, conquista histórica da classe trabalhadora e cláusula pétrea da ordem constitucional”, afirma.

Fonte: Agência Câmara

Brasília-DF, 11 de novembro de 2025

Debatedores alertam para riscos da exposição de trabalhadores ao benzeno



Paim (ao centro) conduziu debate com Arraes, Guimarães Júnior, Miriam Cabreira, Souto e Selistre

Os riscos da exposição de trabalhadores ao benzeno foram debatidos por senadores, especialistas e sindicalistas em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta segunda-feira (10). A substância química, presente em derivados do petróleo, é altamente tóxica e classificada como cancerígena.

Ao presidir o debate, o senador Paulo Paim (PT-RS), que requisitou a audiência, afirmou que a estimativa é de que haja 7,3 milhões de trabalhadores brasileiros em grupos ocupacionais com potencial exposição ao benzeno. Desse total, 770 mil são considerados como provavelmente expostos, afirmou Paim:

— São números que impõem à sociedade e ao Estado o dever de proteção, e não de tolerância. (...) Nossa responsabilidade é enorme. A vida e a saúde dos trabalhadores estão em jogo.

Os principais profissionais expostos ao benzeno são aqueles que atuam na manipulação, produção, transporte e uso de produtos derivados de petróleo e solventes, em especial operadores de máquinas e motores e frentistas de postos de combustíveis. Paim ressaltou que a mortalidade por leucemia é 70% maior entre os trabalhadores expostos à substância do que na população trabalhadora em geral.

Matéria completa:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/10/debatedores-alertam-para-riscos-da-exposicao-de-trabalhadores-ao-benzeno>

Fonte: Agência Senado



Convite

As táticas de negociação para ACTs/CCTs:



19 de novembro 2025

08h



Palestrante

Eduardo Anunciato
Secretário de Educação

CNTI

www.cnti.org.br

Para mais informações:
(81) 98298-5175 - Secretário regional
ISRAEL FERREIRA DE TORRES
(11) 3346-2795- DANIELE



CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PRÓSTATA

Novembro Azul



O câncer de próstata é o segundo tipo mais comum entre os homens no Brasil, representando cerca de 28% dos casos de câncer masculino. (Fonte: INCA)

Prevenir é um ato de amor à vida. Cuide-se, homem!

Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso